

UM OLHAR SOBRE OS PERSEGUIDOS DA COMUNIDADE ACADÊMICA DA ESCOLA POLITÉCNICA DA UFBA

ANNE ALVES DA SILVEIRA¹
LOUISE ANUNCIACÃO FONSECA DE OLIVEIRA²

1. INTRODUÇÃO

A Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia (EPUFBA), fundada no final do século XIX, acumulou um acervo documental de grande expressividade que delinea uma trajetória de crescimento, transformações e consolidação da unidade e, portanto, de considerável relevância para a sociedade baiana em geral, bem como para a comunidade acadêmica, científica e profissional.

Esta comunicação, em particular, visa relatar o trabalho de análise dos ofícios confidenciais recebidos pela Diretoria desta Unidade durante o período de atuação do Departamento de Polícia Federal (DPF) / Secretaria de Segurança Pública - Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações, e da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na UFBA, de 1972 a 1974.

Apesar de termos encontrado no acervo da Escola Politécnica os ofícios do DPF desde 1967, período em que é publicado o decreto nº 60.417 – que aprovava o regulamento para salvaguardar os assuntos vistos pelo Estado como sigilosos –, iremos nesse trabalho, iniciar nossa análise no ano de 1972, devido ao volume e multiplicidade documental e, principalmente, à relevância dos assuntos abordados. Concluiremos nossa análise em 1974, pois, até o momento, não foi encontrado nenhum ofício confidencial posterior a esse ano na Escola. Não significa que tenha sido esse o fim das ações dos órgãos de vigilância, uma vez que já foi encontrado em outras unidades, a exemplo da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia (EBA – UFBA), até o momento, ofícios confidenciais da AESI datado de 1977.

¹ Universidade Federal da Bahia, Graduada em História.

² Universidade Federal da Bahia, Mestre em Ciência da Informação. Arquivista da Escola Politécnica. Orientadora do projeto de pesquisa do Programa Pense, Pesquise e Inove a UFBA (PROUFBA, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa Criação e Inovação da UFBA).

O objetivo principal é dar uma contribuição significativa no acesso à informação até então guardada, mas inacessível, porque não tratada e descrita. Nesse sentido, surgiu a questão da pesquisa: Quais informações são reveladas pelos documentos oficiais provenientes do Departamento de Polícia Federal e da AESI/UFBA? Por conseguinte, o objetivo geral foi o de identificar os docentes, discentes e técnicos-administrativos da Escola Politécnica da UFBA que foram investigados pelo Departamento de Polícia Federal e pela AESI/UFBA durante a ditadura militar.

2. UNIVERSIDADE DA BAHIA E A DITADURA CIVIL-MILITAR: CRIAÇÃO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO

Com o objetivo de modernizar o ensino superior, ao longo das décadas de 1940 a 1970, ocorrem diversas mudanças no modelo aplicado no Brasil. Uma das primeiras medidas foi a criação de mais universidades. Com este propósito foi fundada, em 1946, a Universidade da Bahia, sob a gestão do Reitor Edgard Santos, a partir da incorporação de diversas faculdades e escolas, a exemplo da Escola Politécnica da Bahia:

Em 8 de abril de 1946, o presidente Dutra vem a Salvador, acompanhado de seu ministro da Educação e Saúde, Souza Campos, para assinar o Decreto-Lei nº 9.155, da mesma data, que cria a Universidade da Bahia, assegurando-lhe autonomia administrativa, didática e disciplinar. Agregam-se para formar a Universidade a Faculdade de Medicina e suas escolas anexas: Farmácia e Odontologia; a Escola de Direito e a Escola Politécnica; a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas (BARBOSA, 2011:27).

Apesar de ter sido fundada sob ideais modernizadores, a Universidade por muito ainda carregou características muito conservadoras em sua estrutura organizacional e administrativa, que só foi modificado com a reforma de 1968. Dentro do ideal modernizador, a Universidade da Bahia (UBA) foi federalizada, passando a ser chamada Universidade Federal da Bahia:

Em 1950, a UBA, com suas unidades, exceto a Faculdade de Direito, é federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro, quando passa a receber verbas regulares do governo federal, o que desencadeia uma fase de crescimento acelerado, incentivando o surgimento de outras escolas. Foi quando se instalou o Campus da Canela, com a construção do Palácio da Reitoria, a Clínica Tisiológica, a Faculdade de Odontologia, a Casa da França, o Instituto de Cultura Hispânica e, já em 1961, o prédio da Faculdade de Direito (BARBOSA, 2011: 28).

A federalização das Universidades fez parte dos mesmos ideais iniciados no final do século XIX, e que só teve início a partir 1950, com o intuito de elevar a educação de ensino superior brasileira ao padrão equivalente às universidades europeias e estadunidenses. Ao

longo das décadas de 1950, 1960 e 1970, diversas universidades no Brasil foram federalizadas. Era vastamente difundido que a federalização das universidades auxiliaria na manutenção da produção científica e tecnológica (VASCONCELOS, 2007). Contudo, tal medida, vigorada em plena ditadura, favoreceu a ação do Estado sob as Universidades Brasileiras.

Os ideais modernizadores, que visavam vincular ensino e pesquisa, não só faziam parte do discurso de Goulart, os golpistas também assumiram essa proposta. Importante sinalizar que, após o golpe, foram criados e reaproveitados vários projetos referentes à educação brasileira. Dentre esses projetos, havia o que seguia o modelo político liberal, que propunha a cobrança de taxas para estudantes universitários, visando assim diminuir os custos do Estado sobre o ensino. Motta pontua os motivos pelos quais o projeto com ideias liberais não vigoraram:

A própria corporação militar tinha sólidas ligações com a concepção de Estado interventor, provedor de recursos para desenvolver a nação, e as propostas "privatistas" não encontraram ali muito entusiasmo. Além disso, a equação tornou-se ainda mais complicada quando o repúdio à proposta de cobrança de mensalidade virou bandeira de luta do movimento estudantil, agradando ao tema uma componente política sensível. (MOTTA, 2014: 71-72)

Assim, o modelo liberal perde espaço na construção de um projeto universitário e fortalece críticas ao modelo tradicional bacharelesco e a pouca ação em prol da pesquisa no ensino superior. No final da década de 1960 ocorre a primeira reforma nos regimentos internos das universidades públicas brasileiras, que visava ampliar o ensino e ligação entre as áreas de conhecimento, além de ampliar a ação do Estado sob as universidades.

As unidades de ensino não perderam totalmente a autonomia, mas foram drasticamente reduzidas ao longo da ditadura e essa perda se torna mais visível no final da década de 1960 e início de 1970, devido à criação das Assessorias de Segurança e Informação, que auxiliaram na vigilância exercida pelo Estado dentro das universidades (MOTTA, 2014: 193). No âmbito universitário, essas assessorias eram parte do Sistema Nacional de Informações e Contrainformação (Sisni) do regime civil militar, estruturado em 1964, conforme Stampa e outros pontuam:

O Sisni, retrato assustador da vigilância política em um estado de exceção, era composto por órgãos especializados e entes setoriais nos ministérios civis (Divisões de Segurança e Informações [DSI]), nos ministérios militares (centros de inteligência), nos órgãos da administração pública direta (Assessorias de Segurança e Informações [ASI] ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações [Aesi]) e, até mesmo, em empresas como a Petrobrás (Divisões de Informações [DI]) (STAMPA et al., 2014:54).

Nesse sentido, os arquivos das assessorias continham informações sobre os mecanismos de vigilância e repressão nas universidades durante o período da ditadura militar brasileira, conforme reflexões de Motta:

[...] entre 1971 e 1972, as universidades públicas - e não somente as federais, haja vista a existência de órgãos congêneres em algumas universidades estaduais - criaram suas ASI ou AESI, e, com isso, o sistema de informações do regime militar passou a contar com subsidiárias no interior dos campi universitários. A criação desses órgãos deve ser compreendida no contexto de escalada repressiva a partir de 1968 e da edição do AI-5, processo intensificado com o aumento das ações da esquerda armada. O sistema de informações identificava, na comunidade universitária, e com razão, um dos focos mais importantes de luta contra o regime militar. Parcela expressiva dos militantes das organizações revolucionárias clandestinas era recrutada nas universidades, bem como atuava nos meios acadêmicos a maioria dos intelectuais responsáveis por municiar de argumentos os críticos do regime militar (MOTTA, 2008: 44 e 45).

Importante pontuar que as AESI foram criadas para fazer parte da Divisão de Segurança e Informações (DIS), como sessão do Conselho de Segurança Nacional³ (CSN), remodelada no governo de Costa e Silva. Com a ascensão de um novo presidente, a DIS, na década de 1970, sofreu algumas mudanças desvincilhando-se da CSN e passando a fazer parte do Serviço Nacional de Informação (SNI), criado ainda nos primeiros momentos da ditadura, com o objetivo de obter informações úteis que pudessem conter as ações dos ditos inimigos do Estado. Dessa forma, o SNI funciona como agência de inteligência, e não como serviço de repressão ou segurança. Como agiam dentro das unidades de educação, a DIS mantinha parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) (MOTTA, 2014).

Hoje o acesso às informações geradas e recebidas pelas Assessorias de Segurança e Informações torna-se vital para a consagração da transparência administrativa, uma vez que permite o reconhecimento do direito à informação e a reparação das repressões sofridas por docentes, alunos e funcionários durante o período da ditadura civil-militar.

3. ARQUIVOLOGIA E O ACESSO À INFORMAÇÃO

Na Arquivologia contemporânea, a concepção de arquivo como instituição de custódia é substituída para a de acesso. Nesse sentido, as instituições arquivísticas passam por uma mudança de paradigma "da guarda para o de co-responsáveis pela garantia de acesso às

³ Criada no período do governo de Vargas, em 1930, teve sua remodelação, por via da confiança que o presidente possuía no general Jaime Portela de Melo, que estava à frente da sua organização (MOTTA, 2014: 194).

informações públicas", de acordo com as reflexões de Silva (2008). Nessa perspectiva, a abordagem adotada é a da Arquivologia sob o prisma do paradigma pós-custodial. Neste paradigma a ênfase está na informação e no processo de produção documental, com o arquivista atuando em todo ciclo documental e preocupando-se mais em permitir o acesso à informação pública para atender às demandas e direitos da sociedade contemporânea e proporcionar ao Estado o cumprimento da sua missão:

Nas sociedades contemporâneas, o direito à memória tem sido compreendido como parte dos direitos do homem. O direito à informação, com a revolução ocorrida nos arquivos a partir da Segunda Guerra Mundial, transcendeu as fronteiras nacionais – não se trata mais de uma questão restrita à cidadania. Diante da magnitude da questão, o Estado tem o dever de zelar pela preservação e pelo compartilhamento, através da divulgação, dos conjuntos documentais sob a sua guarda. E, ainda, procurar aquele patrimônio documental que, apesar de produzido por ele, encontre-se desconhecido da sociedade, perdido (SILVA, 2008: 54).

Corroborando com a Arquivologia pós-custodial, a Lei de Acesso à informação (Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011) qualifica o acesso à informação pública, tornando-a regra, ao passo em que o sigilo torna-se à exceção. Contudo, para que a informação pública torne-se plenamente acessível, faz-se necessário garantir que a mesma seja identificada, tratada e organizada satisfatoriamente com vistas à construção da democracia:

O acesso à informação pública é um direito de cidadania garantido no Brasil, tanto na Constituição Federal como em textos legais complementares. Entretanto, a existência de fundos documentais não organizados ou sem um adequado tratamento técnico dentro dos arquivos públicos, bem como de arquivos correntes sem códigos e/ou planos de classificação e/ou tabelas de temporalidade, é uma constante na realidade da administração pública e representa um importante fator dificultador do exercício do direito de acesso à informação pelo cidadão (SILVA, 2008, p. 14 e 15).

Nessa perspectiva de acesso à informação, a Arquivologia tem se debruçado cada vez mais sobre a descrição documental que tem o propósito de identificar, gerenciar, estabelecer controle intelectual, localizar, explicar o acervo arquivístico e promover o seu acesso. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15)

A descrição arquivística consiste em um processo que envolve a criação de representações do acervo arquivístico, que explicita tanto o contexto quanto o conteúdo deste acervo. Assim, são necessárias, além de competências para interpretação de texto, determinado conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época (ANDRADE; SILVA, 2008). Nesse sentido, a análise do documento, bem como a identificação de espécies e tipos documentais, a elaboração de instrumentos de pesquisa e a criação de vocabulários

controlados são atividades que contribuem para a representação da informação, bem como para dinamizar o seu acesso.

O processo descritivo contribui, também, para a reconstituição historiográfica já que a análise do conteúdo do documento a ser descrito envolve a identificação de elementos que reconstituem determinada época. Isso propicia ao arquivista conhecer e estudar o contexto histórico e cultural que envolve a documentação. Exemplo disso é o acervo documental da Escola Politécnica da UFBA, objeto de estudo empírico deste trabalho:

[...] As informações contidas nestes acervos demonstram práticas que foram usadas no exercício das atividades repressivas. Nos tempos atuais, servem como instrumento essencial para o fortalecimento de novas relações sociais e, conseqüentemente, para a consolidação do processo democrático. A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares. [...] Agora, faz-se necessário transformar aquilo que foi gerado para negar direitos em instrumentos de garantia de direitos, em afirmação dos direitos humanos (SILVA, 2014: 15).

Os usuários querem ter acesso à uma vasta gama de informações custodiadas nos arquivos e o papel dos arquivistas, neste contexto, é o de identificar, descrever, representar, desenvolver instrumentos e facilitar a pesquisa para ampliar o uso dos documentos. Assim, a descrição arquivística pode ser entendida como um processo de descortinamento dos arquivos (OLIVEIRA, 2013).

5 . VIGILÂNCIA E PERSEGUIÇÃO À COMUNIDADE ACADÊMICA

Desde o início da ditadura civil militar as universidades sofreram grandes intervenções, desde invasões, inquéritos, perseguições até os expurgos – tanto de matérias didáticas que seguiam teorias mais esquerdistas, quanto aos próprios professores, alunos e funcionários. Tais ações faziam parte da “operação limpeza” que tinham como objetivo limpar as universidades das mãos dos inimigos do Estado, conseqüentemente contradiziam com as teorias democráticas que o movimento propagava, gerando intenso desconforto entre os acadêmicos. “A violência contra intelectuais, estudantes, artistas e livros gerou uma onda de denúncia em jornais não afinados com os rumos autoritários do novo regime, sobretudo o *Correio da Manhã* e *Última Hora*” (MOTTA, 2014: 28).

Segundo Motta (2014), muitas universidades tiveram o início das aulas suspensas, logo depois do golpe, até que se concluíssem todos os expurgos necessários. É trazido pelo mesmo autor que muitos reitores universitários, que seguiam políticas mais sociais, sofreram pressão, tanto dos órgãos do Estado quanto dos membros das universidades que viam o golpe de forma positiva, e as ações sociais - propagadas por reitores, diretores e professores como subversivas - já que muitos aparentemente seguiam políticas mais de esquerda. Sendo assim, era necessário que tais indivíduos “subversivos” fossem vigiados, para que não pusessem em risco as ações dos militares.

A operação limpeza não parou com as pressões aos reitores. Os reitores que se opuseram em auxiliar as ações dos golpistas dentro das universidades foram afastados do cargo. Em seu lugar eram postos professores que defendiam a “revolução de 1964”, termo dado aos que deram apoio e acreditavam nas ações dos golpistas. Assim, para assumir o cargo de reitor, era necessário manter diálogo entre a comunidade acadêmica e o Estado, evitando assim a fúria dos órgãos de repressão. É observado que as ações dos golpistas favoreceram a acessão de alguns acadêmicos dentro das universidades.⁴

Ainda assim, as universidades conseguiram, por meio do diálogo, manter certa autonomia por um bom tempo. A partir de 1967, muitos decretos foram criados, possibilitando algumas dificuldades aos movimentos estudantis. Contudo, depois do AI-5, ato que dá base para criação de mais decretos, favorece a criação das Assessorias, e as ações intervencionais do Estado ampliam-se dentro das universidades. Assim, à medida que foram criadas as Assessorias dentro das unidades, ação dos diretores e do reitor foi diminuindo e o poder do Estado ampliando.

Tanto os Departamentos quanto as Assessorias eram responsáveis por coletar dados dos membros da comunidade acadêmica e, quando preciso, solicitavam o afastamento de todos que fossem vistos pelo Estado como subversivos. Nos ofícios confidenciais trocados pelos órgãos responsáveis pela vigilância – Departamento de Polícia Federal (DPF) e Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) eram habituais que esses órgãos fizessem pedidos de qualificações de todos os integrantes da comunidade acadêmica. Esses pedidos serviam como subsídio para rastrear os subversivos da mesma e controlá-los. Caso necessário, solicitavam que as matrículas fossem indeferidas ou até mesmo o jubramento, quando eram alunos. Em caso de professores e funcionários era normal o pedido de

⁴ Maior informação sobre os conflitos ente os acadêmicos e as ascensão de cargos, ler: Motta, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar* de 2004 – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

afastamento e/ou exoneração do cargo. Contudo, caso essas medidas não resolvessem à situação, acionavam outros órgãos responsáveis pela repressão e estes, por sua vez, tomavam medidas mais enérgicas como: invasão, prisão e outras.

É observado, a partir dos documentos investigados na Escola Politécnica, que as ações de controle dentro das universidades, com o tempo, foram respaldadas por meio de portarias e decretos. O primeiro decreto encontrado entre a documentação da Escola foi o decreto nº 228, de fevereiro de 1967, que reformulava a organização estudantil, as ações proferidas nesse documento não se restringem a comunidade acadêmica, tendo sido expandido tanto ao nível universitário quanto aos secundaristas. O outro decreto, já mencionado anteriormente, data de 11 de março de 1967, decreto nº 60.417, que salvaguardava documentos sigilosos. Em novembro de 1968 é publicado o decreto nº 5.540 que fixava normas de organização do ensino superior. Para limitar a participação dos estudantes nos congressos científicos ou competições artísticas ou desportivas foi promulgado o decreto nº 69.053, de 11 de agosto de 1971, já que muitos estudantes usavam desses encontros para fortalecer o movimento estudantil, que se encontrava em dificuldade de atuação, devido às ações do Estado. Além desses decretos citados ao longo do processo ditatorial, muitos outros são publicados. Não iremos nos ater às análises dos mesmos, pois este não é o nosso objetivo. No entanto, é acreditado na importância do desenvolvimento de tais estudos, pois possibilitarão maior enriquecimento na compreensão das ações do Estado dentro das universidades.

Para conter as ações dos “subversivos”, diversos mecanismos foram utilizados, muitos desses instrumentos já foram citados acima. Não obstante, é relevante pontuar que, entre os pedidos confidenciais de qualificação, encontrou-se muitas circulares que notificavam à comunidade acadêmica sobre proibições – como de panfletos e jornais com caráter subversivos, além de reiterarem a unidade de queixas elaboradas, supostamente, por alunos e pais sobre problemas internos da instituição, como ausência de professores. Essas circulares vinham com a assinatura do Reitor da Universidade, o Sr. Lafayette de Azevêdo Pondé. A exemplo, pontua-se trecho da circular nº 6292, de 13 de dezembro de 1971:

Tendo esta reitoria recebido ofício confidencial do exmº. Sr. Comandante da 6ª Região Militar comunicando que se tem verificado o aumento considerado de distribuição de panfletos subversivos nas áreas das unidades desta Universidade, bem como a propaganda de caráter subversivo nos murais dos Diretórios Acadêmicos e que essas atividades levam o referido comando a considerar como responsáveis, por omissão, entre outros, os próprios funcionários da administração das Faculdades, Escolas e Institutos, venho solicitar as suas urgências providências no sentido de evitar a ocorrência de tais fatos nessa Unidade. (Circular nº 6292 da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia de 13 de dezembro de 1971).

Circulares com tais características foram corriqueiras ao longo da ditadura. Elas aparecem pontuando assuntos

já retratados anteriormente. O tema mais frequente foi o da impossibilidade em divulgar assuntos subversivos por meio de jornais e panfletos dentro das instituições públicas e privadas, como a circular nº 768, de 02 de março de 1972, enviada pelo Reitor, que atendia à solicitação do DPF, que requeria informação sobre a existência de jornais e dados dos responsáveis pelas publicações.

Aos que tinham coragem de burlar as imposições governamentais, o mesmo era severamente punido. Como o nosso objetivo é trazer as ações dos órgãos de vigilância dentro da Escola, não priorizamos a compreensão dos acontecimentos dando destaque a um caso específico, mas iremos compreender as ações desses órgãos de forma geral.

Tomando conhecimento do ofício nº 692, de 29 de fevereiro de 1972, nos deparamos com o pedido de exoneração do professor Elbert de Menezes que “foi punido pelo senhor Presidente da República, na conformidade do decreto do D.O. de julho de 1969”. Tal punição, conforme o mesmo ofício, é reforçada pelo Ato Complementar nº 75, de 21 de outubro de 1969, que o proibia de exercer “qualquer função neste estabelecimento de ensino”, enviado pelo reitor Lafayette de Azevêdo Pondé ao Prof. Magno dos Santos Pereira Valente, diretor (em exercício) da Escola Politécnica.

Na medida em que as imposições se intensificam nas universidades, as ações que visam driblar e que se configuram em caráter de resistência também aumentam. No ofício enviado pela Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações ao Diretor da Escola, retratam o caso de uma suspeita de uso de documentos falsos para a realização da matrícula da universidade, mas muitos outros casos podem ter ocorrido e passado despercebido aos olhos dos órgãos de vigilância. O trecho a seguir relata o conteúdo do ofício enviado no dia 14 de março de 1972 à Escola Politécnica:

Na qualidade de Presidente do Inquérito Policial instaurado nesta Delegacia para apurar fato delituoso relacionado com a expedição de certificados falsos de madureza, e tendo no decurso das diligências ocorrido a citação por parte de um estudante que teve a sua matrícula cassada pela Universidade, de que nessa Faculdade existe um aluno de nome Antônio Wilson, cursando o segundo ano de engenharia o qual teria utilizado de documentos falsos por ocasião de sua matrícula, encarecemos de V.S. os seus bons ofícios, no sentido de nos informar se, de fato, o referido aluno está cursando o segundo ano, fornecendo-nos o seu endereço a fim de que possamos ouvi-lo acerca do fato. (Bel. Edgar Medrado, Secretaria da Segurança Pública/Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações, Escola Politécnica da UFBA, 14 de março de 1972).

Em resposta ao ofício, a Escola informa que “os alunos que ingressaram nesta Universidade a partir de 1969 são matriculados na SECRETARIA GERAL DE CURSOS que mantém prontuários de cada um”. Neste caso, conforme os documentos investigados, não foram encontradas mais informações referentes ao estudante Antônio Wilson.

Apesar da existência de diversos documentos confidenciais, os pedidos de qualificação destacam-se devido ao grande volume. Esses pedidos normalmente já vinham com nomes completos de alguns alunos. Dessa forma, é possível afirmar que eles já possuíam uma informação prévia, fazendo parte de um processo investigativo, necessitando, porém, de mais informações.

Dentro desse quadro, os pedidos de qualificação ficaram guardados juntos aos arquivos confidenciais. Não obstante, tais pedidos anexos a essa documentação só foram destinados aos estudantes e os documentos destinados aos professores e funcionários possuíam outras finalidades.

Os documentos enviados pela AESI passavam primeiramente pelas mãos do Reitor e, posteriormente, encaminhados para Escola Politécnica. Conforme análise quantitativa dos ofícios da AESI encontraram-se quarenta e cinco (45) nomes de estudantes. Caso contemos uma correção no nome enviado, teremos quarenta e seis (46) nomes diferentes. Contudo, em nosso trabalho, iremos permanecer com o valor de quarenta e cinco (45), uma vez que a correção referia-se ao nome que constava na primeira lista. Dentre os nomes enviados pela Assessoria, dezessete (17) nomes inexistem nos registros da Escola; 17 (dezessete) já haviam colado grau, sendo que um (01) pedido dentre os dezessetes (17) referentes aos formados, vinha da COELBA, possivelmente para saber se o indivíduo possuía bons antecedentes; três (03) permaneciam estudando na instituição; oito (08) aparecem como: trancou o curso, suspeita de ter apresentado documentos falsos, matriculado no curso de extensão, não possui frequência nas aulas, portador de doença infectocontagiosa.

Conforme a lista formada a partir dos ofícios, quarenta e três (43) nomes eram pedidos de qualificação. Em muitos ofícios eram dados mais de um nome. Nesse caso, os números de ofícios estão em menor número comparados às quantidades de nomes encontrados. Como exemplo, segue o documento nº 01712/73, direcionado à Escola Politécnica, de 15 de agosto de 1973, que trata:

- a) A fim de atender pedido da SR/DPF/BA, no ofício citado na referência, solicito a V. As. determinar sejam informados a esta AESI, com brevidade, o que se segue, com relação aos alunos desta Escola, CARLOS ANTÔNIO

MACHADO (engenharia mecânica) e MARIA CRISTINA DE SÁ OLIVEIRA (engenharia civil): a) Se estão matriculados nos cursos referidos; b) Se estão frequentando regularmente as aulas e, em caso negativo, quando começaram a faltar. (Emerson Spinola Marques Ferreira, AESI, of. 01712, 15 de agosto de 1973)

Interessante notar que cada pedido possui especificidades diferentes. Alguns solicitam dados como: nomes dos pais, endereço, fotografia, conduta, prontuário e outros. Foi observado também que, ao longo dos anos, os pedidos de qualificação assumiram níveis crescentes. No ano de 1972 foram enviados cinco (05) ofícios: apenas três (03) pedidos de qualificação, um (01) por afastamento – motivo doença – e uma (01) investigação por fraude. Em 1973 esse número já teve um aumento significativo: foram nove (09) pedidos de qualificações simples e uma (01) qualificação especial, que solicitava dados de todos os estudantes da Escola, que participaram do Seminário Nacional de Engenheiros em São Paulo. No ano de 1974 há um aumento de 100% referente ao ano anterior. Nas documentações investigadas, foram encontrados vinte (20) ofícios, sendo que dezesseis (16) eram pedidos enviados pela AESI, juntamente com as respectivas cartas- respostas, enviadas pela Escola, com mais quatro (04) cartas- respostas referentes à qualificação de alunos que dão a entender que houve o pedido de qualificação da AESI. Dentre os três (03) anos de investigação, totaliza-se trinta e cinco (35) ofícios contendo pedidos de qualificações.

Nos ofícios sobre os professores temos dois (02) casos interessantes: o primeiro foi o caso do professor Elbert Menezes, que foi exonerado; o segundo, trata-se de Walter Orlando D'Oliveira Porto. O primeiro ofício encontrado é enviado diretamente pelo DSI/MEC. O documento aborda sobre o afastamento do professor, Walter Orlando D'Oliveira Porto, do cargo de Diretor Executivo da Escola Técnica Federal da Bahia, no qual solicita-se que fosse enviado para investigação a gravação da reunião da Congregação da Escola Politécnica, informando sobre sua conduta durante a reunião. Em resposta encaminhada ao Reitor Lafayette de Azevedo Pondé, no ofício nº 358, é dito que foi enviada em anexo à fita, conforme pedido, e que qualquer informação sobre a conduta do professor está registada na mesma. O então diretor da EPUFBA, o professor Alceu Roberto Hiltner, conclui afirmando que “não há nesta Unidade registro que desabone a conduta do Prof. Walter Orlando D'Oliveira Porto, tendo sido o mesmo até a presente ata merecedor de nossa confiança pela correção com que tem pautado seus atos” (Escola Politécnica Universidade Federal da Bahia, of. nº 358, 12 de dezembro de 1972).

Entre os documentos referentes aos funcionários foram encontrados quatro (04) ofícios, sendo que três (03) são pedidos de transferências enviados pelo diretor Alceu Roberto Hiltner à reitoria e um (01) ofício registra dois (02) casos de práticas sexuais dentro na universidade entre funcionários. No documento enviado por Luiz Dourado, prefeito do “Campus” Universitário, ao diretor Alceu Hiltner da Escola Politécnica da UFBA, há um manuscrito que indica que o documento “foi encaminhado a superintendência” (Of. 354/73, 11 de novembro de 1973) e que os funcionários receberam advertências.

A partir da análise dos ofícios observa-se que os estudantes eram alvos mais frequentes das Assessorias, Departamento e Delegacias. Entretanto, professores também sofreram severas punições. Sobre os funcionários, é preciso melhor estudo de caso para que se possa entender o motivo das transferências. Compreendemos que, com o passar dos anos, a repressão contra os estudantes ampliou-se ao nível de necessitar apresentar bons antecedentes para conquistar um emprego. Percebe-se, então, que as assessorias poderiam prejudicar o indivíduo em vários âmbitos: no ingresso da universidade, tendo sua matrícula indeferida; em estágio de conclusão de curso, sendo jubilado, ou atingido pelo decreto nº 447 que proibia a matrícula por alguns anos; chegando ao nível mais complicado, que atingiam aos graduados, que durante a graduação, foram marcados por terem atitudes vistas pelo Estado como subversivas, e que poderiam, depois de formados, ter dificuldade em conseguir emprego. É possível afirmar que durante a atuação da AESI nas Universidades, todos que tivessem atitudes suspeitas poderiam ser investigados e, caso comprovado, punidos, independente do seu estágio (graduando ou graduado) e cargo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs a analisar os ofícios enviados e recebidos pela Escola Politécnica. Analisando as documentações é possível perceber a possibilidade de diversas novas pesquisas que auxiliariam na compreensão do contexto ditatorial vivenciado pela Escola Politécnica e pela própria Universidade Federal da Bahia. Importante salientar que o arquivo da Escola Politécnica ainda se encontra em processo de organização, assim, os avanços conquistados nas análises documentais segue o processo de inventário do próprio arquivo. Dessa forma, sabemos que ainda tem muito que se descobrir.

Se encontramos dificuldade em compreender os fatos históricos da Escola Politécnica, tendo os documentos guardados no mesmo espaço, os estudos sobre a UFBA se deparam com

um estágio ainda mais complicado. Apesar da UFBA ter sido palco de intensos debates, manifestações e desenlaces provocados pelo regime militar, há ainda pouca documentação selecionada, organizada e descrita à respeito, principalmente porque a documentação encontra-se dispersa em órgãos, unidades e setores administrativos.

Neste *paper* trabalhou-se com uma pequena amostra, representada pelos ofícios recebidos e enviados pela diretoria da Escola Politécnica durante o período da Delegacia de Furtos, Roubos e Fraudações (DPF) e AESI/UFBA. Com a aplicação dos métodos arquivísticos foi possível vislumbrar a riqueza de informações que a documentação comporta. Recomenda-se, portanto, o prosseguimento do trabalho, com infraestrutura e profissionais qualificados para que se expanda o rol de documentação analisada e, com isso, o amplo conhecimento sobre o período ditatorial na UFBA.

A análise propiciada pela documentação analisada no âmbito deste trabalho revela docentes, discentes e funcionários que os órgãos de inteligência solicitaram informações no período do Departamento de Polícia e da AESI e as consequências sofridas pelos mesmos. Os atos institucionais, decretos e portarias oriundas desta vigilância, que pretendiam reprimir, só fizeram a resistência crescer. Contudo, cresce também com o tempo o enrijecimento do regime, levando o maior número de investigados, perseguidos, e punidos. Dentre os números de perseguidos os estudantes e os formados estão em maior número, contudo, as punições atingiam a todos sem distinção.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 12 fev. 2015.

BARBOSA, Marilene Lobo Abreu. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, Lídia Maria Brandão; ABREU, Marilene; VARELA, Aida (Org.). **Reitores UFBA: De Edgard Santos à Naomar de Almeida Filho**. Salvador: Edufba, 2011. Cap. 1. p. 18-47.

COSTA, Caiuby Alves da. **105 anos da Escola Politécnica da UFBA**. Salvador: P&A Gráfica e Editora, 2003, 282 p.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MOTTA, Rodrigues Patto Sá. **As Universidades e o regime militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Incômoda Memória: Os arquivos das ASI universitárias**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.43-66, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/85>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

STAMPA, Inez; SANTANA, Marco Aurélio; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (Org.). **Documentos sensíveis**: Informação, Arquivo e Verdade na Ditadura de 1964. Rio de Janeiro: 7letras, 2014. Cap. 2. p. 43-66.

SILVA, Jaime Antunes da. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985): Memórias Reveladas. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p.13-28, jul./dez. 2008. Semestral. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/83>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **Federalização do Ensino Superior no Brasil**. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2525/1/2007_IsamaraMartinsVasconcelos.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2011.